



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
BACHARELADO EM TURISMO**

MEIRE TERESINHA DE FARIA TOMÉ

**PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS SUPERIORES DE TURISMO NO
BRASIL: UM ESTUDO DE MULTICASOS**

BRASÍLIA – DF
2023



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
BACHARELADO EM TURISMO**

MEIRE TERESINHA DE FARIA TOMÉ

**PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS SUPERIORES DE TURISMO NO
BRASIL: UM ESTUDO DE MULTICASOS**

Monografia apresentada ao Bacharelado em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aylana Laíssa Medeiros Borges

BRASÍLIA – DF

2023

TT656p Tomé, Meire Teresinha de Faria
Projetos pedagógicos de cursos superiores de turismo no
Brasil: um estudo de multicasos / Meire Teresinha de Faria
Tomé; orientador Aylana Laissa Medeiros Borges. -- Brasília,
2023.
44 p.

Monografia (Graduação - Turismo) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Cursos de Turismo. 2. Projeto Pedagógico de Curso. 3.
Diretrizes Curriculares Nacionais. I. Borges, Aylana Laissa
Medeiros, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
BACHARELADO EM TURISMO

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em turismo.

MEIRE TERESINHA DE FARIA TOMÉ

Avaliado por:

Prof.^a Dr.^a Aylana Laíssa Medeiros Borges – Orientadora - CET/UnB

Avaliação realizada por parecer considerando a Resolução N° 01/2021 do Centro de Excelência em Turismo/CET quanto a flexibilização na elaboração e defesa de trabalhos de conclusão de curso.

BRASÍLIA, 02 DE FEVEREIRO DE 2023

RESUMO

Os cursos superiores de bacharelado em Turismo no Brasil tiveram seu início e ascensão nas últimas décadas do século XX visando atender uma demanda pela qualificação de pessoal necessária ao desenvolvimento do turismo no território nacional. Adentrando ao século XXI, a formação dos futuros turismólogos acompanhou as mudanças econômicas, políticas e sociais do país e precisou se adaptar à legislação que regulamenta o sistema educacional. Para a organização dos referidos cursos, encontra-se em vigência a Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Graduação em Turismo, à qual todas as Universidades devem se pautar para construir os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Turismo de 4 (quatro) Universidades Federais Brasileiras localizadas em diferentes Estados da Federação e buscou apontar as DCNs vigentes na medida em que analisou-se se as orientações contidas nesses documentos estão presentes nos PPCs da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - Campus Natal), na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR). A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental uma vez que se recorreu à literatura pertinente, à legislação de ensino e aos documentos disponibilizados nas páginas eletrônicas das referidas universidades. Como resultados, destaca-se que existe uma grande semelhança entre as proposições dos cursos em todas as categorias dos PPCs que foram analisados, inclusive no que diz respeito às áreas de formação e possíveis formas de atuações dos egressos.

Palavras-chave: Cursos de Turismo; Projeto Pedagógico de Curso; Diretrizes Curriculares Nacionais.

ABSTRACT

The bachelor's degree courses in Tourism in Brazil had their beginning and rise in the last decades of the 20th century aiming to meet a demand for the qualification of personnel necessary for the development of tourism in the national territory. Moving into the 21st century, the training of future tourism professionals has kept up with the country's economic, political, and social changes, and has had to adapt to the legislation that regulates the educational system. For the organization of these courses, Resolution No. 13, of November 24, of 2006, is in effect, which established the National Curricular Guidelines (DCNs) for Tourism undergraduate courses, which all Universities must follow to build their Course Pedagogical Projects (PPCs). The general objective of the present work is to analyze the proposals of the Pedagogic Projects of the Tourism Courses of 4 (four) Brazilian Federal Universities located in different States of the Federation and attempted to point out the DCNs in effect, by analyzing whether the guidelines contained in these documents are present in the PPCs of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN - Campus Natal), the Fluminense Federal University (UFF), the University of Brasília (UnB) and the Federal University of Paraná (UFPR). The methodology used was bibliographic and documental research, since it resorted to pertinent literature, to teaching legislation, and to documents available on the websites of these universities. As results, there is a great similarity between the propositions of the courses in all categories of the PPCs that were analyzed, including with regard to the areas of training and possible activities for graduates.

Keywords: Tourism Courses; Pedagogical Course Project; National Curriculum Guidelines.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Universidades Federais melhor classificadas no CPC/Turismo 2018	13
Quadro 2 –	Dados gerais dos cursos de Bacharelado em Turismo	16
Quadro 3 –	Objetivos do curso e perfil do egresso.....	19
Quadro 4 –	Estrutura Curricular Obrigatória por período letivo com respectiva carga horária	22
Quadro 5.1 –	Oferta de disciplinas optativas pelos departamentos de Turismo/CET.....	27
Quadro 5.2 –	Oferta de disciplinas optativas pelos demais departamentos das Universidades.....	32
Quadro 6 –	Sistema de Avaliação	36
Quadro 7 –	Atividades de Pesquisa e Extensão	37

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	1
2 – CURSOS DE BACHARELADO EM TURISMO NO BRASIL	4
3 - LEIS DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	7
4 – SOBRE OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	11
5 – METODOLOGIA	13
6 – RESULTADOS	15
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

É fato que o turismo vem se desenvolvendo no Brasil de maneira acentuada, e isso pode ser observado, por exemplo, nos dados fornecidos pelo Ministério do Turismo (MTUR) por meio do Anuário Estatístico do Turismo (2020) onde se constata, entre outras informações, que o desembarque de turistas internacionais passou de 10,6 milhões de passageiros em 2017 para 11,8 milhões em 2019. Tem-se uma diversidade e um aumento cada vez maior da demanda por viagens bem como na oferta de serviços, de estruturas e de capacitação de pessoal para atender diversos segmentos do turismo (aventura, rural, ecoturismo, religioso, entre outros) que se apresentam na contemporaneidade.

Segundo Queiroz (2012) o incremento do turismo no país não é tão recente e deu-se desde o início do século passado por algumas iniciativas privadas e, mais adiante, com as primeiras políticas públicas se fazendo presentes, com a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) em 1958; com a instituição do Conselho Nacional de Turismo (CNTur); e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em 1966, essa que em 2019 passou a chamar-se Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. O aumento da atividade turística acelerou-se nas últimas décadas do século XX e novas políticas de incentivo ao Turismo foram sendo adotadas, chegando até à criação do MTUR, em 2003, e à Promulgação da Lei Geral do Turismo (LGT), em 2008, segundo o mesmo autor.

Considerando o aumento da atividade turística no país, verificou-se também a preocupação com a capacitação de profissionais para atender esta demanda, inclusive com a formação de pessoal em nível superior, o que deu origem aos cursos de graduação em turismo. Em termos educacionais, constata-se que, desde a criação do primeiro curso superior de turismo, em 1971, houve a implementação de vários cursos até os dias atuais, com ofertas maiores ou menores em diversos momentos da história do país. A oferta dos cursos de bacharelado em turismo, em algumas universidades, sobretudo públicas, apresentam focos na hotelaria, no lazer, no meio ambiente, no patrimônio cultural e/ ou traz ênfase na gestão pública e privada. Salienta-se que há cursos de turismo sendo ofertados também em institutos federais e instituições privadas.

Segundo Medaglia et al. (2012) até os anos de 1990 não havia muita oferta de cursos superiores de Turismo o que se modificou intensamente a partir de, entre outras variáveis, possibilidades abertas pela Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) de

1996. No contexto da oferta de cursos superiores de Turismo, registra-se ainda que muitas Universidades Federais criaram ou reformularam seus cursos, sobretudo, após o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no ano de 2008. Todos os cursos de turismo, independente de quando foram criados, apresentam uma grade curricular, presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), que deve seguir os parâmetros estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Diretrizes essas que são regulamentadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação (MEC) dentro das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Diante desse cenário, sobre os cursos de Bacharelado em Turismo ofertados pelas Universidades Federais brasileiras, questiona-se: Os projetos pedagógicos destes cursos têm seguido as normas estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) vigentes e instituídas em 2006? Existe alguma área de estudo do Turismo que se destaca nos currículos analisados?

Para tanto, este estudo tem como objetivo geral analisar as propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Turismo de 4 (quatro) Universidades Federais Brasileiras localizadas em diferentes Estados da Federação. Como objetivos específicos procurou-se: a) apresentar os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Bacharelado em Turismo no Brasil; e b) investigar as peculiaridades que distinguem ou que se assemelham nas propostas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos cursos de Turismo selecionados.

Pretende-se com este trabalho fazer um comparativo entre os PPCs dos cursos de Bacharelado em Turismo de 4 (quatro) Universidades Federais brasileiras a fim de constatar quais os principais enfoques dados à formação dos alunos durante os 4 anos de sua graduação e se os currículos adotados abrangem disciplinas obrigatórias e optativas que possam realmente colaborar para a formação dos profissionais de turismo que o cenário atual demanda. Ou seja, profissionais que entendam o turismo como uma atividade importante, complexa e com reflexos em outras áreas da sociedade. Com este estudo comparativo espera-se contribuir com reflexões que conduzam a uma (re)afirmação positiva do que está proposto até o momento e/ou na identificação de ajustes necessários para o que está sendo ofertado.

Na impossibilidade de analisar todo o universo dos cursos de graduação do tipo bacharelado em turismo nas instituições públicas, especialmente devido ao período para realização do estudo, optou-se por fazer um recorte que permitisse a verificação de

Projetos Pedagógicos dos Cursos de Universidades Federais pertencentes a diferentes regiões do Brasil, vista a diversidade econômica e cultural presente neste país de dimensões continentais. Acredita-se que por meio deste trabalho os estudantes e/ou interessados no curso de Turismo podem conhecer um pouco do que os cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - Natal), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR) propõem. A escolha das três primeiras Universidades, aqui listadas, deu-se em função de sua localização geográfica no território nacional e de suas colocações entre as melhores instituições do Brasil no ranking oficial de avaliação do ensino superior (ENADE, 2018) elaborado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas). Quanto a escolha da UnB para compor este estudo, deu-se por ser a universidade em que a autora cursa o bacharelado em turismo, pela sua localização estratégica e proximidade com o MTUR, assim como pelo interesse pessoal em analisar o PPC proposto por essa instituição, considerando as ofertas de outros cursos distribuídos pelo Brasil.

Como justificativa para escolha da temática deste estudo, explica-se que a autora do trabalho tem formação em pedagogia, possui especialização em didática, atuou como professora de ensino fundamental e ensino médio, e como coordenadora pedagógica, antes de ingressar no curso de Turismo. Assim, enquanto estudante de turismo, ao longo dos 4 anos de curso, sempre se questionou se os conteúdos de ensino, pesquisa e extensão trabalhados durante a sua formação, as nomenclaturas e ementas das disciplinas, a obrigatoriedade ou oferta das disciplinas como optativas, e a sequência em que tais disciplinas eram ministradas ao longo dos semestres, estavam sendo propostas e consideravam o que se espera de um egresso do bacharelado. Sabendo que o ensino superior no Brasil tem um direcionamento pautado por leis e diretrizes surgiu o interesse em pesquisar se tais cursos que oferecem o Bacharelado em Turismo se constroem sobre as devidas orientações.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental, em que buscou-se fazer um pequeno histórico da origem dos cursos universitários no Brasil chegando até o interesse do meio acadêmico pela criação dos cursos de Turismo no país. Para análise dos PPCs, selecionados, foram estabelecidas categorias a fim de identificar diferenças e/ou semelhanças entre as propostas.

Em síntese, ao longo deste trabalho, tem-se o referencial teórico destacando informações relevantes sobre os aspectos históricos dos cursos superiores de turismo no Brasil; fez-se um recorte sobre a Lei de Diretrizes e Base da Educação do Brasil (LDB)

acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Turismo, e da Lei que regulamenta a Avaliação dos cursos superiores no Brasil. Na sequência, há um tópico de metodologia com os caminhos definidos para a realização deste estudo e, por fim, apresenta-se os resultados, as considerações finais e as referências.

2 CURSOS DE BACHARELADO EM TURISMO NO BRASIL

Antes de apresentar os elementos históricos da criação dos cursos superiores de Turismo no Brasil optou-se por situar, brevemente, o surgimento e a evolução do ensino superior no Brasil.

Segundo Gomes et al. (2018) as instituições de Ensino Superior tiveram início sob a autoridade da Igreja Católica na Europa, na idade média (séculos XII e XIII) tendo como objetivo apenas a formação dos filhos dos nobres, sendo consideradas instituições elitizadas. Já no século XV começou-se a pensar em um ensino superior com vistas à profissionalização dos estudantes, e no século XVII as universidades avançaram, sendo consideradas, também, ambiente de pesquisa, com a promoção e incentivo aos debates sobre temas da época, iniciando-se, assim, o modelo de universidade que se propagou até a atualidade (CUNHA, 2011 apud GOMES et al., 2018).

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, o modelo de ensino europeu/português foi importado também e tinha como exemplo a Universidade de Coimbra, tendo, entretanto, que se adaptar a uma população totalmente diferente da europeia (GOMES et al., 2018). Foi a partir da chegada da corte que foram criados os primeiros cursos de engenharia, medicina e agronomia neste país (RODRIGUES, 2011 apud GOMES et al., 2018).

Ainda segundo Gomes et al. (2018), as universidades públicas no Brasil foram criadas a partir dos anos 1930, com a junção de escolas superiores de formação profissional e com a transformação das escolas confessionais existentes, expandindo-se em todos os grandes centros. As Universidades constituídas após este período visavam contribuir principalmente para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, função essa também das escolas técnicas. Conforme Montalvão (2010) muitas outras mudanças ocorreram, durante as décadas seguintes, em especial, com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, que organizou o sistema de ensino no Brasil.

Conforme Hallal (et al., 2010) com a Constituição Brasileira, elaborada durante o regime militar, que entrou em vigor em 15 de março de 1967, estabeleceu-se que o Estado

reduziria sua participação no ensino superior, permitindo a cobrança neste nível de ensino, possibilitando a expansão da rede de ensino privada. Os mesmos autores destacam a importância da promulgação da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que trouxe uma grande reforma no ensino superior, onde era incentivada a criação de cursos para carreiras prioritárias ao desenvolvimento.

Nesse contexto, Teixeira (2007, apud HALLAL et al., 2010) diz que “na década de 1970, o turismo foi visto como a solução para o desenvolvimento econômico do Brasil e a criação de cursos de turismo foi incentivada”.

Segundo Matias (2012, p. 60), no Brasil, o ensino do Turismo foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) com a publicação do Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 35/1971 que criou o curso superior de Turismo e da Resolução s/n de 28 de janeiro de 1971, que fixou o currículo mínimo e a duração do curso de Turismo. Registra-se, portanto, que o primeiro curso superior de Turismo foi criado em 1971, em São Paulo, pela faculdade Anhembi Morumbi, atual Universidade Anhembi Morumbi.

De acordo com Matias (2002) a ideia do curso, segundo seu diretor, o professor Gabriel Mario Rodrigues, surgiu da seguinte forma:

(...) fizemos pesquisa para verificar o interesse que um curso Técnico de Turismo despertaria. O resultado foi o de que havia um enorme contingente de interessados, mas todos já haviam terminado o curso colegial. Havia também a explosão de cursos novos, as mulheres estavam voltando aos bancos universitários após terem criados os filhos, etc. Foi nesse momento que tivemos a ideia de um curso superior de Turismo, após perceber que o público ainda tinha interesse nesse nível.

Ainda conforme a autora, o curso de turismo foi criado com características multidisciplinares em que engloba várias áreas de estudos de outros cursos como, por exemplo, administração, economia, geografia, dentre outros. Isso significa que desde a criação do primeiro curso de turismo já se tinha ideia de que o turismo é uma atividade que envolve a sociedade de maneira significativa e em múltiplos aspectos, ou seja, o impacto do turismo é sentido nos espaços geográficos, de maneira positiva ou negativa; a geração de empregos e de receitas econômicas para o Estado e para a iniciativa privada é constatada com o aumento do fluxo turístico movimentando a economia; o planejamento, a organização e a gestão do turismo exigem conhecimentos de Administração. Com o passar dos anos, observou-se que outras áreas de formação buscaram compreender e interagir com o turismo, como por exemplo: a ecologia, a história, a sociologia e a museologia.

Referindo-se ainda a pesquisa realizada e a decisão de criar o curso superior de turismo, verifica-se o interesse por uma área que era vista como uma grande oportunidade para o aumento do número de empregos e conseqüente aumento da renda das pessoas, já que estava bem popularizada a questão das viagens. Assim, “os cursos surgem como mais uma opção de elevação econômica e social para uma classe média disposta a se especializar em setores da economia caracterizados pelo dinamismo e pela modernidade” (MATIAS, 2002 apud HALLAL et al., 2010).

Após o pioneirismo do curso da Faculdade Anhembí Morumbi, os cursos de turismo passaram por quatro fases em diferentes décadas, conforme explica Ansarah (2002 apud MEDAGLIA, et al., 2012): a) década de 1970, o surgimento dos primeiros cursos; b) década de 1980, estagnação dos cursos ligada aos problemas econômicos do país; c) década de 1990, valorização e expansão dos cursos, tanto no aspecto numérico como de localização geográfica; e d) anos 2000, visualiza-se um equilíbrio entre qualidade e quantidade dos cursos ofertados.

Reforça-se que a oferta de cursos de Turismo aumentou substancialmente a partir dos anos de 1990, e segundo Medaglia et al. (2012) outros cursos como Administração, Direito e Comércio Exterior tiveram ampla expansão, sobretudo, nas Instituições de Ensino Superior Privadas com novas possibilidades abertas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Havia também uma grande concentração dos referidos cursos nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Ainda de acordo com Medaglia et al. (2012), na década de 1990, a enorme propagação dos cursos de Turismo acabou retratando uma qualidade não muito boa nos resultados da formação dos discentes, justificada, entre outros fatores, pelo déficit na formação dos docentes que não tiveram tempo de se qualificar para atender a tão grande demanda. Como consequência dessa grande quantidade de cursos, houve uma massificação da profissão, pois aumentou muito a oferta de profissionais ao mercado, mesmo sem a devida qualificação.

Em pesquisa mostrando a oferta dos cursos de turismo, Matias (2012) constata que no início da década de 2000 houve uma redução do número de cursos em razão da diminuição de procura por parte dos estudantes, demonstrando que o ensino de graduação em turismo começava a se ajustar buscando um equilíbrio entre demanda e oferta de vagas.

Ansarah (2002) volta a completar as informações sobre a então quarta fase dos cursos superiores de turismo no Brasil esclarecendo que nos anos 2000: “com o passar

dos anos o inevitável começa a ocorrer e a área passa a equilibrar-se tanto no mercado profissional quanto na própria oferta de ensino”

Após todo esse histórico das fases pelas quais passaram os cursos de turismo, registrou-se, em abril de 2007, a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que foi um marco que influenciou todos os cursos superiores no Brasil. Por meio do Decreto N° 6.096/2007, a Presidência da República instituiu o Programa que traz em seu artigo 1º:

Fica estabelecido o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Os demais artigos do decreto detalham as ações a serem implementadas para se obter o(s) objetivo(s) do Programa, entre os quais estão a criação de novos cursos e aumento de vagas nas instituições federais. Segundo o Portal do MEC (2008), no Relatório do Primeiro Ano de Implementação do Reuni, verificou-se que houve uma adesão de 53 das 54 Universidades Federais existentes no Brasil, no ano de 2007, ao Programa, e ao final de 2008 constatou-se um aumento de 9,7% no número de cursos e consequentemente a abertura de 15 mil vagas nas universidades para entrada de novos estudantes.

Em síntese, nesta proposta de ampliação, muitos cursos de Turismo foram reformulados, ampliados e/ou criados em diferentes regiões do Brasil, o que trouxe uma ampliação de possibilidades de desenvolvimento qualificado para o setor.

3 LEIS DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Após breve relato histórico acerca da criação dos cursos de turismo no Brasil e objetivando realizar comparações entre PPCs de cursos de Turismo das Universidades Federais, como explicitado na introdução deste trabalho, é importante apresentar e discutir as leis que oferecem ordenamento curricular a esse tipo de curso.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tendo como base a Lei Maior do país que é a Constituição Federal, regulamenta todo o sistema educacional brasileiro tratando, por exemplo, de como são divididos os níveis educacionais, da formação de professores, dos currículos mínimos obrigatórios, do financiamento da educação, dentre outros.

No Brasil, até o momento, foram promulgadas três LDBs nos anos de 1961, 1971 e 1996. Nas publicações originais disponíveis no site da Câmara dos Deputados é possível encontrar a LDB de 1961 (Lei nº 4024/61) que promoveu a descentralização dos sistemas de ensino e trouxe mais autonomia para as universidades, bem como a LDB de 1971 (Lei nº 5692/71) que tinha como principal diretriz a instituição do ensino profissionalizante a nível de ensino médio, chamado de 2º grau na época, não impactando diretamente o ensino superior.

A terceira LDB, trata-se da Lei 9394/96 de 29 de dezembro, e traz além de reformas e ajustes nos níveis de ensino de educação básica, o Capítulo IV dedicado ao ensino superior (artigos 43 a 57) como pode-se ver na publicação original da Lei disponível no site do Palácio do Planalto/Casa Civil. É fato que já se passaram 26 anos da sanção desta lei e muitas emendas, decretos e novas redações foram feitas em vários artigos, mas é a LDB ainda em vigência e interessa ao nosso trabalho reconhecer, com base nesse arquivo, as diretrizes para os cursos superiores de turismo, assim como se faz pertinente conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos superiores em Turismo.

De acordo com Faria (2004), o documento que primeiro tratou dos currículos dos cursos de Turismo data 2002 (Parecer 146/2002 de 13 de maio, publicado no Diário Oficial da União) e traz as diretrizes comuns a cursos de graduação que devem contemplar competências e habilidades do profissional a ser habilitado, definindo: o perfil do formando; os componentes e conteúdos curriculares; o estágio e as atividades complementares; o acompanhamento e formas de avaliação durante o período de formação. No texto do referido Parecer se destacam os seguintes objetivos: 1) facilitar as transferências dos alunos entre instituições; 2) fornecer diploma profissional, assegurando o exercício das prerrogativas e direitos da profissão; 3) assegurar uniformidade mínima profissionalizante a todos quantos colarem grau profissional, diferenciados apenas em relação às disciplinas complementares e optativas.

Este parecer foi revogado em 2003, através do Parecer nº 288 de 06 de novembro de 2003, onde, entre outras mudanças, os currículos mínimos obrigatórios foram substituídos por Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) permitindo garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das instituições de ensino superior ao elaborarem suas propostas curriculares, gerando assim uma maior autonomia aos cursos de graduação e isso pode ser visto na página 4 do Parecer nº 288/2003:

Quanto aos paradigmas das Diretrizes Curriculares Nacionais, cumpre, de logo, destacar que eles objetivam servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Ademais, devem também induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais.

O MEC, através do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior publicou a Resolução nº 13 de 24 de novembro, em 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os cursos de graduação em Turismo que se encontram vigentes até os dias de hoje, ano 2022. Estas DCNs são expressas em 13 artigos que determinam a organização curricular que toda Instituição de Educação Superior que oferta o curso de Bacharelado em Turismo deve seguir.

Destaca-se na Resolução nº 13/2006, no artigo 2º, que as Instituições de Ensino devem elaborar um Projeto Pedagógico onde conste toda a organização do curso, com o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação e o Trabalho de Conclusão de Curso (se houver), ou seja, o documento precisa expressar a “plena concepção” do curso.

Considerando que neste trabalho pretende-se verificar se as DCNs estão presentes nos Projetos Pedagógicos das IEs aqui escolhidas e se existe uma ênfase em alguma área específica para a formação dos futuros turismólogos nos referidos currículos, destaca-se os 3º, 4º e 5º artigos como subsídio para a análise que se pretende:

Art. 3º O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Art. 4º O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades: I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo; II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais; III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo; IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais; V -

domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos; VI - adequada aplicação da legislação pertinente; VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento; VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados; IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão; X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana; XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista; XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social; XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais; XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida; XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos; XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais; XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem; XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico; XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Art. 5º Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação: I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas; II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira; III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Essas são as ordenações mínimas para a implementação e oferecimento do curso de turismo. Na opinião da autora deste estudo, as proposições são bem pertinentes,

coerentes e apontam o ideal para a formação dos bacharéis em turismo, mas questiona-se se, no atual sistema superior de ensino federal, todas essas competências e habilidades previstas podem e/ou conseguem ser trabalhadas e desenvolvidas. Com isso, ficam algumas indagações para serem pensadas e discutidas em trabalhos futuros: as instituições de ensino têm estrutura para possibilitar aos discentes as vivências e experiências descritas? Os docentes são em número suficiente e são/estão preparados, com formação desejada e contínua, para uma presença orientadora junto aos alunos? Como é feito o acompanhamento da aplicação desta orientação? Com certeza um acompanhamento contínuo e com interferências e soluções práticas e pontuais só iriam acrescentar melhorias nos cursos e na qualidade da formação dos graduandos.

Posto isso, a seguir, tem-se uma explanação sobre a avaliação oficial dos cursos superiores que se fez necessária neste momento, para o entendimento da escolha das universidades deste estudo.

4 SOBRE OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Tendo discutido os artigos das DCNs de 2006 que serão utilizados nesta pesquisa, cabe situar, de forma sucinta, a avaliação oficial aplicada pelo MEC à qual o curso de Turismo e todos os cursos de graduação são submetidos.

Em observação à LDB de 1996 (Lei nº 9.394/96), com destaque aos incisos VIII e IX que tratam sobre assegurar o processo de avaliação das instituições de educação, dos cursos dessas instituições e dos estabelecimentos do seu sistema de ensino, foi sancionada a Lei nº 10.861 em 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Essa lei tem como objetivo o ordenamento de instrumentos e modelos de avaliação, prevendo a avaliação do corpo discente, docente e técnico administrativo bem como das estruturas, dos projetos didático-pedagógicos e das responsabilidades sociais das instituições.

No Parágrafo único, Art. 2º, da Lei nº 10.861/2004, explica-se que os resultados da avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, constituirão:

Referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Isso significa que, para a continuidade na oferta dos cursos, deve-se garantir condições mínimas com relação a qualidade e condições do ensino, uma vez que será avaliada tanto o curso quanto a Instituição como um todo.

É pertinente destacar que a avaliação dos estudantes se dará conforme consta no artigo 5º da referida Lei, onde explica-se que: “a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade.”

Segundo o portal do MEC (2019), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão que tem a competência de avaliar todos os cursos de ensino superior do Brasil, dispõe sobre a existência de mais dois sistemas de avaliação das Universidades do Brasil, a saber: 1) Conceito Preliminar de Curso (CPC) - sistema de avaliação considerado mais completo que o Enade, pois avalia o corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos, entre outras variáveis que buscam avaliar a qualidade dos cursos; e o 2) Índice Geral dos Cursos Avaliados na Instituição (IGC) tido como o mais completo sistema de avaliação, pois verifica as IEs anualmente através da média dos 3 últimos CPCs e inclui ainda os programas de pós-graduação oferecidos.

O Enade, portanto, sendo um procedimento de avaliação do SINAES, está sujeito a toda uma orientação legal à qual os cursos de graduação devem se submeter, inclusive quanto à periodicidade da avaliação e quais alunos(as) do curso devem ser avaliados, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 5º da Lei nº 10.861/2004:

§ 1º o ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso,

§ 3º a periodicidade máxima de aplicação do Enade aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

No caso do(s) curso(s) de Turismo, os alunos(as) das Instituições que oferecem essa graduação (instituições particulares, federais, estaduais e institutos federais) foram submetidas à avaliação do Enade no ano de 2018 e, devido à pandemia do Covid 19, novamente em 2022.

O INEP disponibilizou um relatório síntese de todo o ENADE 2018 (MEC- INEP, 2018) e, é com o resultado da aplicação desta avaliação e do respectivo CPC do curso de Turismo do referido ano, que foram elencadas as Universidades Federais para este trabalho.

O blog IMAGINIE (2020) também traz o ranking das Universidades Federais (dentre os 25 cursos melhor avaliados) que obtiveram os melhores índices na avaliação do CPC de 2018, a saber:

Quadro 1: Universidades Federais melhor classificadas no CPC/Turismo 2018

Nº	Universidade	Sigla
1	Universidade Federal do Amazonas	UFMA
2	Universidade Federal Fluminense	UFF
3	Universidade Federal Juiz de Fora	UFJF
4	Universidade Federal do Paraná	UFPR
5	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
6	Universidade Federal da Paraíba	UFPB
7	Universidade Federal d Rio Grande do Norte - Currais Novos	UFRN
8	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal	UFRN

Fonte: IMAGINIE (2020).

Dentre as universidades elencadas no Quadro 1, explica-se que para esta pesquisa foram selecionados deste ranking os cursos da UFRN – Campus Natal, da UFF e da UFPR, tendo em vista o curto prazo para realização deste trabalho e considerando que avaliar mais cursos, de outras instituições, iria requerer um período maior para as análises.

Por fim, destaca-se que os detalhes considerados para a seleção dos cursos/instituições que foram avaliados neste estudo serão explicados, a seguir, no tópico que trata da metodologia da pesquisa.

5 METODOLOGIA

Como metodologia para este estudo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental. Com a pesquisa bibliográfica são identificadas as discussões acerca do assunto a ser estudado, localiza-se e seleciona-se as fontes que subsidiarão e darão credibilidade ao trabalho do pesquisador (SOARES, 2013). Explica-se que “a revisão de literatura é uma atividade contínua e constante em todo o trabalho acadêmico e de pesquisa”, conforme Stumpf (2012 apud SOARES, 2013, p. 52).

Fez-se também um levantamento documental nos *sites* oficiais do governo brasileiro, como MEC, MTUR, INEP, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Palácio do Planalto e nas páginas das Universidades Federais selecionadas para a pesquisa.

O levantamento documental permitiu encontrar as fontes e/ou dados e documentos que deram base e permitiram o trabalho de investigação. A pesquisa documental é realizada em materiais como tabelas estatísticas, projetos de lei, resoluções, atas, relatórios, informativos, mapas, certidões, depoimentos orais e escritos, documentos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, sindicatos (Santos, 2000 apud TOMÉ, 2018).

Para análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo (SOARES, 2013, p. 62). Para Fonseca Júnior (2012) a avaliação de conteúdo engloba três fases: 1) pré-análise, que corresponde à definição da pesquisa e todo o seu planejamento; 2) exploração do material, que é a descrição, o apontamento e a análise do material em si; e 3) o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação deles.

Neste trabalho, fez-se a definição do tema, a seleção e recorte do problema a ser investigado e procurou-se as bibliografias pertinentes. Depois, explorou-se os dados que foram selecionados das UFs e, por último, fez-se um comparativo e observações sobre os dados encontrados.

Para a seleção das Universidades Federais brasileiras que possuem cursos de bacharelado em Turismo, pesquisou-se junto ao INEP (2019) os dados referentes aos Cursos de Turismo avaliados nas instituições de ensino no ano de 2018. Tendo em vista os 25 melhores índices do Conceito Preliminar de Curso - CPC, fez-se a triagem apontando, dentre as instituições públicas listadas, aquelas Universidades Federais localizadas em diferentes regiões do Brasil. O blog IMAGINIE (2020) traz de forma clara este ranking, onde constam as seguintes Universidades Federais por ordem de classificação: 1. Universidade Federal do Maranhão - UFMA; 2. Universidade Federal Fluminense - UFF; 3. Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF; 4. Universidade Federal do Paraná - UFPR; 5. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; 6. Universidade Federal da Paraíba - UFPB; 7. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (Currais Novos); e 8. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (Natal).

A intenção desse estudo foi, portanto, analisar 5 cursos de regiões distintas. Entretanto, nem a região Norte e nem a região Centro-Oeste tiveram cursos de Turismo de Universidades Federais neste ranking. Assim, foram selecionadas apenas 3 universidades, uma de cada região, que constavam cursos neste documento, a saber: 1) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) localizada em Natal (RN) na

região Nordeste; 2) Universidade Federal Fluminense (UFF) localizada em Niterói (RJ) região Sudeste; 3) Universidade Federal do Paraná (UFPR) localizada em Curitiba (PR) na região Sul.

É pertinente esclarecer que a Universidade de Brasília (UnB), localizada na Região Centro-Oeste, foi incluída na pesquisa por ser a instituição na qual a autora cursa turismo, experiência que a fez ter interesse em realizar o estudo em questão. Chegou-se, portanto, ao quantitativo de 4 cursos de turismo a serem analisados.

Quanto às categorias de análise para realização do estudo decidiu-se apontar nos PPCs: 1) ano da estrutura curricular vigente, modalidades de oferta dos cursos, unidade acadêmica a qual o curso está vinculado na sua Universidade e distribuição da carga horária das disciplinas; 2) objetivos dos cursos e perfil do egresso; 3) estrutura curricular das disciplinas obrigatórias; 4) estrutura curricular das disciplinas optativas; 5) sistemas de avaliação; e 6) oportunidades oferecidas aos estudantes na pesquisa e na extensão. As categorias estabelecidas contribuíram para que fosse possível responder aos questionamentos propostos nesta pesquisa.

6 RESULTADOS

Para analisar os PPCs e outros documentos disponíveis nos sites das 4 Universidades (UFRN, UFF, UnB e UFPR) selecionadas e que possuem cursos de Bacharelado em Turismo, objeto deste estudo, foram definidas categorias de análises e elaborados quadros sínteses que permitiram visualizar e comparar os dados levantados.

É pertinente esclarecer que em duas das universidades pesquisadas (UFF e UFPR) as informações não estavam disponíveis em documento único, ou seja, em documento do tipo PPC, que deve conter a concepção do curso de Turismo da Instituição conforme o Parágrafo 1º do art. 2º da Resolução Nº 13/2006, o que fez com fosse necessário pesquisar dados em páginas eletrônicas oficiais dos cursos de Turismo delas.

No Quadro 2, buscou-se fazer uma comparação entre os cursos de Turismo das Universidades pesquisadas considerando, para isso, o início de vigência da estrutura curricular; a modalidade do curso; o tempo mínimo e máximo de permanência do aluno na graduação; o turno em que o curso é ofertado; a Unidade Administrativa à qual o curso está vinculado, sua carga horária total e a distribuição das disciplinas entre obrigatórias, optativas e complementares.

Quadro 2: Dados Gerais dos Cursos de Bacharelado em Turismo

Universidade	Estrutura Curricular Vigente	Modalidade	Vinculação	Carga Horária
UFRN Natal-RN	PPC-2016.1 ¹	Presencial Semestral (de 8 a 12 períodos) Vespertino	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Obrigatória: 2.415h Optativa: 300h Complementar: 150h Total: 2.865h
UFF Niterói - RJ	PPC-2016.1	Presencial Semestral (de 8 a 12 períodos) Integral (Matutino e Vespertino)	Faculdade de Turismo e Hotelaria	Obrigatória: 2.520h Optativa: 270h Complementar: 200h Total: 2.990h
UnB Brasília - DF	PPC-2019.1 ²	Presencial Semestral (de 8 a 16 períodos) Diurno (Matutino e Vespertino)	Centro de Excelência em Turismo (CET)	Obrigatória: 1.800h Optativa: 810h Complementar: 30h Total: 2.640h
UFPR Curitiba - PR	PPC-2023.1 ³	Presencial Semestral (de 7 a 11 períodos) Matutino	Setor de Ciências Humanas	Obrigatória: 2.205h Optativa: 300h Formativa: 95h Total: 2.600h

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Analisando os dados gerais do Quadro 2, percebe-se que todos os cursos adotam uma grade curricular com no máximo 7 anos de aprovação, sendo a da UFRN a mais antiga, em atividade desde o primeiro semestre de 2016. Explica-se que na UFPR a análise se fará sobre um currículo aprovado em setembro de 2022 e que ainda será implementado no 1º semestre de 2023.

Todos os cursos são presenciais, com entradas semestrais, com o mínimo de 7 ou 8 períodos para a conclusão do curso, mas com acentuada diferença na permanência máxima permitida: 11 períodos na UFPR; 12 na UFRN e na UFF; e 16 na UnB. O funcionamento do curso diverge com relação ao turno em que são oferecidos. Destaca-se que o curso de turismo da UnB e da UFF realizam suas atividades em dois turnos

¹ No decorrer da realização deste trabalho foi aprovada a resolução 01/2022 do Colegiado do Curso de Graduação de Turismo da UFRN (inserida no PPC) que regulamenta a inserção da carga horária extensionista no percentual mínimo de 10% em relação à carga horária total do curso. Não alterou-se a grade curricular, apenas algumas disciplinas passaram a ter parte da carga horária como atividade de extensão. Nada interferiu nesta pesquisa.

² Na UnB o curso de Turismo é oferecido por um consórcio que abrange além do CET, os departamentos de Administração, Economia, Geografia, História, a Faculdade de Educação e o Instituto de Ciências Biológicas.

³ - Optou-se por trabalhar com a nova grade curricular (já aprovada) a ser implementada no início de 2023, onde foi possível observar algumas diferenças significativas em relação às outras grades estudadas.

(matutino e vespertino), enquanto na UFRN as aulas são ministradas apenas no turno vespertino e na UFPR somente no matutino.

A oferta de disciplinas em um só turno (como na UFRN no vespertino ou na UFPR no matutino) proporciona ao aluno um período do dia livre para eventualmente exercer um trabalho, ou para se dedicar a atividades de pesquisa, extensão, monitorias ou estágios obrigatórios ou não na própria universidade ou mesmo fora dela. Para a autora deste estudo, considerando sua experiência empírica enquanto estudante do curso de bacharelado em turismo, com oferta de disciplinas em dois turnos, revelou-se uma certa dificuldade em conciliar as atividades mencionadas acima com a frequência das aulas, principalmente nos primeiros semestres letivos onde a oferta de disciplinas é maior do que nos semestres finais do curso. Acredita-se que sendo possível distribuir a grade curricular dos cursos (da UFF e da UnB) durante os 8 semestres letivos ofertando as disciplinas, principalmente as obrigatórias, em apenas um turno, favoreceria o envolvimento dos discentes em outras atividades além do ensino. Para uma melhor visualização dos dados encontrados, a grade curricular das quatro universidades será disponibilizada adiante.

Os quatro cursos estão vinculados a um Centro, Faculdade ou Setor de cada Universidade (Centro de Ciências Sociais Aplicadas na UFRN, Faculdade de Turismo e Hotelaria na UFF, Centro de Excelência em Turismo na UnB e Setor de Ciências Humanas na UFPR), mas funcionam de forma independente (Unidades Acadêmicas ou Departamentos).

Com relação à carga horária total, notou-se uma diferença mínima entre os cursos analisados, cerca de 125h entre os cursos da UFF e UFRN, e uma máxima de 330h entre UFF e UFPR; e de 350h entre a UFF e UnB (2.865h na UFRN, 2.990h na UFF, 2.640h na UnB, e 2660h na UFPR). Este resultado pode sugerir que os quatro cursos possuem certa equivalência na quantidade de disciplinas propostas, mas, depende da carga horária semestral das disciplinas, tanto obrigatórias quanto optativas, que têm número de horas semanais diferenciadas e também das particularidades dos cursos pois alguns oferecem disciplinas em número maior que outros. Mais adiante será possível ver a quantidade de oferta distribuída por semestres e a respectiva carga horária de cada disciplina.

A diferença na carga horária dos cursos se acentua na distribuição das disciplinas obrigatórias e optativas, onde a UnB prescreve 810h optativas, dentro das quais é possível cursar 360h fora das disciplinas propostas na grade curricular, em qualquer outra unidade acadêmica ou departamento, configurando o chamado Módulo Livre previsto no

regimento da Universidade. Os outros cursos destinam 270h (UFF) ou 300h (UFRN e UFPR) para esta modalidade. A configuração dos cursos de turismo, dentro das Universidades Federais, de oferecer oportunidades para o aluno cursar disciplinas optativas favorece o desenvolvimento das características e das preferências do futuro bacharel, mas uma grande oferta de disciplinas optativas poderia, talvez, configurar uma menor concentração de estudos focados na temática própria do curso. Seria interessante se houvesse uma orientação aos discentes sobre as escolhas das disciplinas optativas para que não se matriculassem de forma aleatória, mas procurassem de fato refletir sobre seus interesses futuros.

A carga horária de atividade complementar está bem próxima entre a UFRN e a UFF, 150h e 200h respectivamente, mas a UnB exige uma carga horária complementar bem menor, um mínimo de 30h apenas, e a UFPR estipula 95h denominando-a de horas formativas. Sobre as horas complementares cada curso tem uma regulamentação própria, mas resguardando o que diz o artigo 8º da Resolução 13/2006 onde se vê que:

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade.

Com o levantamento destes dados é possível observar que as Universidades em estudo dispõem de autonomia na organização curricular de seus cursos e expressam suas diferenças dentro dos parâmetros legais existentes.

Acredita-se que não exista um número de horas obrigatórias, optativas ou complementares que seja ideal para a formação dos discentes, pois existem muitas variáveis no cumprimento efetivo dessas horas dependendo da qualidade da oferta e do envolvimento ou comprometimento dos agentes envolvidos no processo.

No Quadro 3 estão elencados os objetivos do Curso de Turismo segundo cada Universidade, bem como o perfil esperado do aluno ao se graduar na instituição.

Quadro 3: Objetivos do Curso e Perfil do Egresso

Universidade	Objetivo do Curso	Perfil do Egresso
UFRN	<p>Formar o Bacharel em Turismo com elevada competência em planejamento e gestão, capaz de atuar nos diferentes segmentos e esferas do setor turístico com uma visão sistêmica e interdisciplinar, desempenhando o papel de articulador de toda a cadeia produtiva do turismo.</p>	<p>O egresso do Curso de Turismo deve estar capacitado e possuir aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.</p>
UFF	<p>Fornecer estrutura em torno do eixo central de gestão pública e privada do turismo sendo que, para isso, o aluno deva: compreender criticamente as políticas nacionais, estaduais e locais de turismo em prática no país; ter uma formação visão holística e crítica do mundo contemporâneo e do turismo, com base em princípios éticos profissionais e no respeito às diferenças; ser capacitado com instrumentos e metodologias tornando-se apto para o desenvolvimento de planos e projetos turísticos; ter uma base multidisciplinar de conhecimentos, que estimule o estudo, a pesquisa e a gestão de situações relacionadas com o turismo; ter a prática do estágio profissional entendendo-a como oportunidade de entrar em contato com o mundo profissional; e exerça a iniciação científica e a realize atividades de extensão junto à comunidade.</p>	<p>O bacharel em Turismo deverá estar apto para atuar nas diversas áreas da atividade turística, ocupando cargos em níveis institucionais (dirigentes), intermediários (dirigentes e gerentes executivos) e operacionais (supervisores e executores) em empresas privadas, instituições de classe e do terceiro setor e órgãos públicos ligados direta e indiretamente com o turismo.</p>
UnB	<p>Concebido o Turismo como uma área multidimensional que requer atuação interativa, responsável e inovadora na sociedade, baseada em capacidade crítica, autonomia, criatividade e posicionamento ético e humano, o curso de Bacharelado em Turismo tem como objetivo formar profissionais aptos para analisar e produzir conhecimento, planejar, empreender e gerir políticas e ações em diferentes escalas.</p>	<p>O curso de graduação possibilita a formação do bacharel com uma visão articulada do Turismo em suas diversas dimensões (econômica, social, cultural, ambiental, política e outras) e capacidade de análise crítica e atuação nas áreas de pesquisa, planejamento, gestão e operação em programas, planos e projetos, nas esferas pública e privada. Essa perspectiva possibilitará uma atuação, nos diferentes contextos, dotada de caráter ético e humano, de autonomia e criatividade, comprometida com valores que assegurem a prevalência da cidadania.</p>

UFPR	<p>Formar o Bacharel em Turismo direcionando-o para o planejamento e a gestão sustentável de destinos, produtos e serviços turísticos no âmbito das organizações públicas, privadas e do terceiro setor. O curso oferece, pelo processo de ensino, pesquisa e extensão, uma formação humanística, técnica e científica.</p>	<p>O curso possibilita a atuação profissional, individual e em equipes multidisciplinares pautada pela ética, com responsabilidade socioambiental, visão empreendedora, crítica, reflexiva e propositiva.</p>
-------------	---	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ao elencar os objetivos dos cursos de Turismo e o que se espera do egresso formado por cada uma destas Universidades, verifica-se uma certa semelhança na síntese do que se propõe para o profissional turismólogo, visto que a redação destes tópicos foi escrita baseada nas orientações das DCNs dos cursos de Graduação em Turismo.

Na formulação dos objetivos é possível identificar expressões como “formar o aluno para planejamento e gestão” em duas universidades (UFRN e UFPR). Também observou-se a colocação: “eixo central em gestão pública e privada de turismo” seguida de prerrogativas para desenvolvimento deste objetivo na UFF; e expressões com o mesmo sentido na UnB onde se tem: “formar profissionais aptos para planejar, empreender e gerir políticas e ações em diferentes escalas”. Compreende-se assim que o principal foco dos objetivos dos cursos seja a formação dos graduandos para o planejamento e a gestão do turismo nos âmbitos públicos e privados.

Outro aspecto convergente das Universidades pode ser elencado como a visão sistêmica e interdisciplinar (UFRN), multidisciplinar (UFF), multidimensional (UnB) e holística (UFPR) da formação e da consequente atividade turística. Isto pode justificar o envolvimento com diversas áreas de conhecimento na composição das grades curriculares e dos programas de pesquisa e extensão que procuram desenvolver.

A formação oferecida ao estudante, pelo menos na formulação dos objetivos, apresenta-se como sendo uma preparação para o mercado de trabalho em todos os cursos já que se encontra nos textos as proposições de que ele (o egresso) terá um papel de articulador na cadeia produtiva do turismo (UFRN), será capacitado com instrumentos e metodologias (UFF), devendo analisar e produzir conhecimento (UnB) e ter uma formação técnica e científica (UFPR). Mudam-se as formas de expressão, mas o sentido acaba sendo o mesmo: preparar e/ou capacitar o aluno para se inserir no “mundo” da profissionalização do turismo.

Ao se comparar os objetivos propostos, em sua forma de apresentação, identifica-se que o curso da UFF oferece mais detalhes, abrangendo inclusive aspectos relativos ao

estágio obrigatório que vincula a aprendizagem acadêmica à prática profissional e à aproximação do aluno com a comunidade externa à universidade e incentiva sua participação em pesquisas e ações de extensão.

Diretamente relacionado aos objetivos do curso têm-se o que se espera do turismólogo formado em cada instituição.

No artigo 3º da Resolução 13/2006 que trata das DCNs para o Curso de Turismo, verifica-se o perfil desejado para o egresso desse curso, qual seja resumidamente, estar capacitado e apto para compreender e atuar no mercado turístico. Este perfil encontra-se bem descrito nos 4 cursos analisados, pois destaca-se: que ele deva ter “aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico para trabalhar na tomada de decisões que se fizerem necessárias quando estiver no mercado de trabalho” (UFRN); que ele esteja “apto para atuar nas diversas áreas da atividade turística, ocupando cargos em diferentes níveis empresariais” (UFF); que tenha “capacidade de análise crítica e atuação nas áreas de pesquisa, planejamento, gestão e operação em programas, planos e projetos, nas esferas pública e privada” (UnB); ou que atue como “profissional, individual e em equipes multidisciplinares pautada pela ética, com responsabilidade socioambiental, visão empreendedora, crítica, reflexiva e propositiva” (UFPR).

Estes objetivos e perfis dos egressos aqui apontados podem ser verificados nas próximas explicitações e comparações entre as informações extraídas dos PPCs e demais documentos das Universidades como a grade curricular, permitindo observar que as disciplinas ofertadas e as ações e projetos de pesquisa e extensão presentes reforçam as áreas de formação e atuação pretendidas em cada um dos cursos.

A seguir, no Quadro 4, tem-se a comparação e algumas considerações acerca das disciplinas obrigatórias dos 4 cursos de turismo em estudo, atentando aqui para os três campos interligados de formação explicitados no artigo 5º das DCNs instituídas pela Resolução 13/2006: 1) conteúdos básicos; 2) conteúdos específicos e 3) conteúdos teórico-práticos.

Quadro 4: Estrutura Curricular Obrigatória por período letivo com respectiva carga horária

Período	UFRN	UFF	UnB	UFPR ⁴
1	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia do trabalho Científico (60h) • Teoria Geral da Administração (60h) • Lazer e Entretenimento (60h) • Teoria Geral do Turismo I (60h) • Economia do Turismo (60h) • Turismo e Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Brasileiro (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo do Espaço Turístico I (60h) • Inglês I (60h) / Espanhol I (60h) • Introdução à Administração (60h) • Fundamentos Teóricos do Turismo I (60h) • Turismo e História (60h) • História da Arte Aplicada ao Turismo (60h) • Metodologia do Trabalho Científico (30h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à Administração (60h) • Estudo do Turismo I (60h) • Construção do Conhecimento Científico (60h) • Comunicação no Turismo (60h) • Geografia e Turismo (60h) • História, Natureza e Sociedade (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos do Turismo (60h) • Métodos de Pesquisa em Turismo (75h) • Administração e Empreendedorismo no Turismo (60h) • Aspectos Sociológicos do Lazer e do Turismo (60h) • História, Antropologia e Turismo (60h)
2	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Financeira em Empreendimentos Turísticos (60h) • Geografia e Turismo (60h) • Noções de Direito e Legislação Turística (60h) • Sociologia do Turismo (60h) • Ética no Turismo (60h) • Teoria Geral do Turismo II (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade Geral (60h) • Hospitalidade (60h) • Estudos Antropológicos do Turismo (60h) • Turismo e Meio Ambiente (60h) • Economia do Turismo (60h) • Metodologia do Pesquisa Científica (60h) • Fund. Teóricos do Turismo II (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa em Turismo (60h) • Estudo do Turismo II (60h) • Estruturas de Suporte ao Turismo (60h) • Ecologia e Turismo (60h) • Introdução à Economia (60h) • Cultura Brasileira (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e Organização do Turismo(60h) • Hospitalidade e Turismo (60h) • Economia e Turismo (60h) • Geografia do Turismo (60h) • Ética e Filosofia no Turismo (60h)
3	<ul style="list-style-type: none"> • Antropologia e Turismo (60h) • Estatística Aplicada ao Turismo (60h) • Hospitalidade e Turismo (60h) • Gestão de Empreendimentos Turísticos (60h) • Língua Inglesa I (60h) • Psicologia Aplicada ao Turismo (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartografia Aplicada (60h) • Estatística Geral (60h) • Planejamento e Organização de Eventos (60h) • Meios de Hospedagem (60h) • Empreendedorismo (30h) • Gestão Financeira Aplicada ao Turismo (60h) • Introdução ao Estudo Lazer (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e Gestão I (60h) • Sustentabilidade, Ética e Turismo (60h) • Estudo do Turismo III (60h) • Equipamentos e Serviços Turísticos - Hospedagem (60h) • Equipamentos e Serviços Turísticos - Agenciamento, Operação e Transporte (30h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação do Turismo (60h) • Gestão de Empresas Turísticas (60h) • Tecnologia, Inovação e Turismo (60h) • Cultura e Patrimônio no Turismo (60h)
4	<ul style="list-style-type: none"> • Meios de Hospedagem (60h) • Alimentos e Bebidas (60h) • Marketing Turístico (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Agenciamento e Operação do Turismo (60h) • Políticas Públicas de Turismo I 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Organizacional (60h) • Legislação Turística (30h) • Planejamento e Gestão em 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de Eventos (60h) • Agências de Viagens e Turismo (60h)

⁴ A UFPR contempla em seu currículo obrigatório 260h de Atividades de Extensão seguindo a Portaria nº 1.350/2018 do MEC/CNE

	<ul style="list-style-type: none"> • Agência de Viagens e Elaboração de Roteiros (60h) • Gestão de Eventos (60h) • Língua Inglesa II (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> (60h) Introdução à Alimentos e Bebidas 60h) • Marketing de Empreendimentos Turísticos (60h) • Estudos do Espaço Turístico II (60h) Tecnologias e Sistemas de Informações no Turismo (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> Turismo II (60h) • Equipamento e Serviços Turísticos - Lazer (30h) • Equipamento e Serviços Turísticos - Eventos (60h) • Equipamento e Serviços Turísticos - Alimentação (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Marketing de Hospitalidade e Turismo (60h) • Análise quantitativa de dados em Turismo (75h)
5	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Pessoas no Turismo (60h) • Planejamento Turístico I (60h) • Gestão de Projetos Turísticos (60h) • Sistemas de Informação em Turismo (60h) • Sistemas de Transportes (60h) • Consultoria Jurídica (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo da Viabilidade Econômico-Financeira para Empreendimentos Turísticos (60h) • Técnicas de Pesquisa Em Turismo (60h) • Preparação Para Estágio (15h) • Turismo e Patrimônio Cultural (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos de Estatística Aplicado ao Turismo (30h) • Estruturação e Promoção de Destinos (60h) • Elaboração de Projetos em Turismo (60h) • Projeto Integrador em Turismo I (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Meios de Hospedagem (60h) • Gestão de Alimentos e Bebidas (60h) • Turismo, Transportes e Mobilidades (60h)
6	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia da Pesquisa em Turismo (60h) • Estágio Supervisionado (285h) • Planejamento Turístico II (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de Destinos Turísticos I (60h) • Gestão de Pessoas (60h) • Projeto de Conclusão de Curso (30h) • Marketing Destinos Turísticos (30h) • Turismo e Sociedade (30h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estágio Supervisionado I (60h) • Projeto Integrador em Turismo II (60h) • Inglês Instrumental I (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e Gestão do Lazer (60h) • Turismo em Áreas Naturais (60h) • Projetos Acadêmicos e Turísticos (75h)
7	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de Conclusão de Curso I (30h) • Gestão Pública do Turismo (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da Qualidade Aplicada ao Turismo (60h) • Estratégias nas Organizações Turísticas (30h) • Plano Negócios em Turismo (30h) • Trabalho Conclusão de Curso I (15h) • Planejamento de Destinos Turísticos II (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Integrador em Turismo III (60h) • Estágio Supervisionado II (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos Acadêmicos Aplicados ao Turismo (45h) • Estágio em Turismo (300h)
8	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho Conclusão Curso II (60h) • Gestão da Qualidade dos Serviços Turísticos (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estágio Supervisionado em Turismo (285h) • Trabalho Conclusão Curso II (15h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Integrador em Turismo IV (60h) 	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Ao comparar as disciplinas obrigatórias dos 4 cursos pode-se ver que todos disponibilizam uma carga horária mais intensa nos 1ºs períodos, onde encontram-se as disciplinas dos campos de conteúdos básicos e de conteúdos específicos, explicitadas no art. 5º da Resolução 13/2006 que instituiu as DCNs para os cursos de graduação em Turismo.

Nos 3º e/ou 4º períodos iniciais têm-se as disciplinas que proporcionam a interdisciplinaridade do turismo com outras áreas do conhecimento como Administração, Economia, Geografia, Sociologia, Antropologia, Estatística e Psicologia no curso da UFRN; Administração, História, Contabilidade, Antropologia, Economia, Cartografia e Estatística na UFF; Administração, Geografia, História, Ecologia e Estatística na UnB; e Administração, História, Antropologia e Geografia na UFPR. Conclui-se que algumas disciplinas são comuns a todas as grades curriculares, enquanto outras são mais específicas como a Cartografia na UFF e a Ecologia na UnB.

A disciplina obrigatória “Língua Estrangeira” é um componente flexível na UFPR, podendo ser cursado em qualquer período.

Há disciplinas com nomes semelhantes que são oferecidas em períodos letivos diferentes, a depender do curso, bem como há disciplinas com temas similares que possuem carga horária menor e/ou maior, a depender do curso, como por exemplo a disciplina sobre “agenciamento e transporte” que na UnB é ministrada em apenas 30h envolvendo as duas temáticas neste curto período de horas; na UFF tem-se “agenciamento e operação” e, mesmo não se identificando se nesta disciplina trata-se do tema transporte concomitantemente, verifica-se que ela é trabalhada em 60h, e nas demais Universidades (UFRN E UFPR) compreende 2 disciplinas de 60h semestrais cada, tratando os temas agência e transporte separadamente. Por serem temas de suma importância para o bacharel em turismo, acredita-se que a oferta de duas disciplinas separadas e focadas seja o mais coerente.

A disciplina Metodologia do Trabalho Científico está presente na UFRN e na UFF, enquanto na UnB tem-se a Construção do Conhecimento Científico. Metodologia de pesquisa em turismo está presente em todos os cursos. Língua estrangeira também é comum a todos, mas com algumas variações, enquanto a UFRN contempla dois semestres de Inglês, a UFF oferece um semestre à escolha entre inglês ou espanhol, na UnB só um semestre de Inglês Instrumental e na UFPR o aluno pode escolher o idioma e o período em que deseja cursar.

Disciplinas específicas relativas ao Turismo estão em todos os cursos, modificando-se, por vezes, somente o nome e a quantidade de semestres em que é ofertada, uma vez que se trata de disciplinas complementares e com requisito básico para cursar disciplina seguinte. Na UFRN, por exemplo, tem-se Teoria Geral do Turismo I e II (2 semestres), na UFF chama-se Fundamentos Teóricos do Turismo I e II (2 semestres), na UnB nomeia-se Estudos do Turismo I, II e III (3 semestres); e na UFPR diz Fundamentos do Turismo (1 semestre). Notou-se que marketing, comunicação e promoção ou planejamento de destinos também são disciplinas comuns em todos os currículos, assim como Cultura e Patrimônio, Artes e Educação. Disciplinas cujo assunto é Ética e Turismo se faz presente em três universidades, UFRN, UnB e UFPR, e sobre Empreendedorismo e Tecnologia e Sistema de Informação só a UnB não oferece nenhuma disciplina relacionada às temáticas.

A palavra sustentabilidade só aparece na grade da UnB, e na UFF se faz menção a turismo e meio ambiente. A disciplina de gestão pública do turismo é ofertada na UFRN e Políticas Públicas de Turismo na UFF, enquanto Legislação Turística aparece em três Universidades (UFRN, UnB e UFPR). Não foi identificada nenhuma disciplina com enfoque em turismo social e nem que contemple as diversidades sociais nos cursos analisados.

Os conteúdos teórico-práticos aparecem em todos os cursos a partir do 4º e/ou 5º períodos, sendo nomeados como: estudos, estratégias, organizações, planejamentos, planos de negócio ou gestão abrangendo as áreas de serviços turísticos de lazer, entretenimento, eventos, hospitalidade, hospedagem, agências ou empresas de turismo, transportes, alimentação e bebidas. Integrando ainda este 3º campo de conteúdos, constata-se a preparação para estágio (UFF), elaboração de projetos e estruturação de destinos (UnB), os estágios obrigatórios e os trabalhos de finalização do curso em todas as graduações.

Destaca-se ainda algumas disciplinas que só são oferecidas na UFF (Gestão Financeira Aplicada ao Turismo, Gestão de Qualidade Aplicada ao Turismo, Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira para Empreendimentos Turísticos, Planos de Negócios em Turismo) sugerindo assim que o enfoque na formação de seus alunos seja direcionado para o empreendedorismo, vislumbrando e/ou dando o enfoque ao turismo como uma atividade econômica.

De uma maneira geral, as estruturas curriculares obrigatórias dos cursos de turismo que foram analisadas apresentam semelhanças, notando-se apenas que a UFPR nomeia suas disciplinas com algumas diferenciações além de atribuir uma carga horária maior a algumas delas, talvez por ser uma grade curricular mais recente e já contemplando a carga horária obrigatória de atividades de extensão.

Pode-se questionar aqui se duas das habilidades listadas no art. 4º da Resolução 13/2006, o domínio de diferentes idiomas e a habilidade no manejo com a informática e outros recursos tecnológicos respectivamente, têm como ser alcançadas com a reduzida oferta de disciplinas obrigatórias, conforme observa-se no Quadro 4.

Registra-se finalmente que a carga horária destinada ao estágio obrigatório é a mesma em duas IEs, são 285h na UFRN e UFF, e não é muito diferente na UFPR com 300h, mas na UnB é de apenas 120h, o que não corresponde nem a 50% do tempo exigido pelas três primeiras. Pode-se questionar até que ponto isso influencia na formação do graduando em turismo.

Ressalta-se aqui que, na opinião da pesquisadora, o estágio, ao permitir o contato e a vivência da prática profissional ao estudante, deve ser realizado, no caso do turismo, em algumas das diferentes atividades que refletem a variedade de opções que esse campo de atuação proporciona, como hotelaria, agenciamento, transportes, alimentação e bebidas, lazer e entretenimento, planejamentos, consultorias, entre outros, e para isso um número de horas próximo ao exigido pelos três primeiros cursos destacados parece ser a mais adequada.

Quanto à oferta de disciplinas optativas, os Quadros 5.1 e 5.2, abaixo, mostram as opções dos alunos para o cumprimento da carga horária exigida em cada universidade. Elucida-se que as disciplinas listadas foram destacadas em um primeiro quadro (5.1) com as ofertas dos respectivos departamentos do Turismo, no caso da UnB, pelo CET e em um segundo quadro (5.2) foram agrupadas de acordo com os demais departamentos das universidades que as ofertam.

Quadro 5.1: Oferta de Disciplinas Optativas pelos departamentos de turismo e pelo CET

DETUR/UFRN	DETUR/UFF	CET/UnB	DETUR/UFPR
<ul style="list-style-type: none"> • Tópicos Especiais em Turismo I (60h) • Tópicos Especiais em Turismo II (30h) • Tópicos Especiais em Turismo III (60h) • Tópicos Especiais em Turismo IV (60h) • Tópicos Especiais em Turismo V (60h) • Tópicos Especiais em Turismo VI (30h) • Métodos Qualitativos Aplicados ao Turismo (60h) • Métodos Quantitativos Aplicados ao Turismo (60h) • Turismo e Cinema (60h) • Animação Turística (60h) • Planejamento e Gestão do Turismo de Aventura (60h) • Turismo em Áreas Naturais Protegidas (60h) • Cerimonial e Protocolo (60h) • Administração de Custos em Turismo (60h) • Comunicação e Promoção Turística (60h) • Empreendedorismo (60h) • Gestão Ambiental (60h) • Gastronomia e Turismo (60h) • Turismo Cultural (60h) • Turismo de Eventos (60h) • Turismo e Diversidade Humana (60h) • Estratégias de Marketing, Captação e Criatividade em Eventos (60h) • Etiqueta Social e Profissional (60h) • Turismo no Rio Grande do Norte (60h) • Gestão Empresarial na Hotelaria (60h) • Novos Negócios em Meios de Hospedagem (60h) • Turismo e Relações Internacionais (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Empresas Turísticas (60h) • Agenciamento e Operação do Turismo (60h) • Tópicos Especiais em Turismo (60h) • Gerenciamento da Carreira Profissional (60h) • Ética no Turismo (60h) • Tópicos Avançados em Turismo I (30h) • Tópicos Avançados em Turismo II (30h) • Tópicos Avançados em Turismo III (30h) • Ecoturismo (60h) • Turismo e Inclusão Social (60h) • Turismo e Educação (60h) • Museologia Aplicada ao Turismo (60h) • Comportamento Consumidor Turismo (60h) • Espaço Turístico Fluminense I (60h) • Planejamento Gestão Parques Temáticos (30h) • Comida e Sociedade: Princípios da Gastronomia Étnica (60h) • Gastronomia e Eventos Especiais (60h) • Administração de Receitas e Gastos em Meios de Hospedagem (60h) • Planejamento e Organização de Viagens (30h) • Turismo de Saúde e Hotelaria Hospitalar (30h) • Hotelaria Náutica/Embarcada(30h) • Bar e Bebidas (60h) • Cerimonial, Protocolo e Etiqueta (30h) • Tecnologia, Internet, Negócios (30h) • Turismo e Cidadania (30h) • Gestão da Criatividade nas Organizações (60h) • Tópicos de Hospitalidade em Contextos 	<ul style="list-style-type: none"> • Seminários em Turismo I (30h) • Seminários em Turismo II (30h) • Seminários em Turismo III (30h) • Seminários em Turismo IV (30h) • Seminários em Turismo V (30h) • Seminários em Turismo VI (30h) • Seminários em Turismo VII (30h) • Enoturismo (60h) • Poéticas da Viagem: Arte Cinema Literatura e Turismo (60h) • Planejamento e Organização de Eventos (60h) • Turismo Rural (60h) • Tópicos Especiais em Gastronomia I (60h) • Memórias Gastronômicas e Gustativas (60h) • Tópicos Especiais em Gastronomia II (30h) • Introdução à Hotelaria (60h) • Fundamentos de Enogastronomia (60h) • Recreação e Animação Turística (60h) • Técnicas e Práticas de Operação e Agenciamento Turístico (60h) • Planejamento e Operação de Trilhas Interpretativas (60h) • Turismo e Interpretação de Patrimônio (60h) • Fundamentos de Econometria Aplicada ao Turismo (30h) • Tópicos Especiais em Gastronomia III (60h) • Tópicos Especiais em Gastronomia IV - Cozinhas Brasileiras (60h) • História da Arte e Turismo (60h) • Inovação em Serviços Turísticos (30h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo e Consultoria (60h) • Comunicação no Turismo (60h) • Turismo e Educação (60h) • Turismo e Interpretação do Patrimônio (60h) • Turismo Acessível (60h) • Turismo De Aventura (60h) • Análise de Fluxos Turísticos (60h) • Turismo e Sustentabilidade (60h) • Turismo e Gestão do Conhecimento (60h) • Turismo Rural (60h) • Turismo Internacional e Intercâmbio Cultural (75h) • Enoturismo (60h) • Pesquisa de Marketing em Turismo (75h) • Produtos Turísticos Experienciais (60h) • Relações Humanas em Turismo (60h) • Turismo de Saúde e Bem-Estar (60h) • Turismo e Políticas Públicas (60h) • Tópicos Especiais de Turismo no Paraná (60h) • Tópicos Especiais de Turismo no Brasil (60h) • Tópicos Especiais em Organização de Empresas Turísticas (60h) • Comportamento do Consumidor em Turismo (60h) • Planejamento e Gestão do Turismo em áreas Urbanas (60h) • Psicologia e Turismo (60h) • Gestão e Contabilidade de Destinos Turísticos (60h) • Turismo e Mudanças Climáticas (60h) • Empregabilidade, Carreira e Atuação Profissional em Turismo (75h) • Economics and Tourism in Brazil (75h)

	<p>Contemporâneos (60h)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Turismo e Cinema (60h) • Turismo, Cultura e Consumo (60h) • Mobilidade, Lazer e Turismo (60h) • Lazer e Recreação (60h) • Turismo Social: Fundamentos e Ações (60h) • Esportes de Aventura e Turismo (60h) • Higiene de Alimentos (30h) • Gestão e Controladoria Hoteleiras (60h) • Serviço de Salão, Maitre e Garçom (30h) • Empreendimento não-hoteleiros(30h) • Laboratório de Eventos (30h) • Gestão de Alimentos e Bebidas (30h) • Serviços de Reservas Turísticas (30h) • Gestão de Viagens Corporativas (30h) • Laboratório Políticas Públicas de Turismo (60h) • Metodologias Qualitativas para Pesquisas em Turismo I (30h) • Fundamentos da Animação Cultural (30h) • Turismo, Esporte e Hospitalidade (30h) • Simulação de Negócios Turísticos (30h) • Turismo e Transporte Aquaviário (60h) • Turismo e Transportes Terrestres (60h) • Turismo e Transporte Aéreo (60h) • Inovações Tecnológicas Aplicadas ao Marketing Turístico (30h) • Turismo no Espaço Urbano (30h) • Turismo no Espaço Rural (30h) • Organizações Públicas de Turismo (30h) • Estudos de Roteiros Turísticos I - Europa (60h) • Estudos de Roteiros Turísticos II - Américas e Ásia (60h) • Gestão Financeira para Pequenos e Médios Empreendimentos Turísticos (60h) • Turismo e Medo Social (60h) • Gestão Ambiental em Empreendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e Emprego no Turismo (30h) • Escrevivendo pelo e com o Turismo (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Communication and Tourism (75h) • International Tourism and Cultural Exchange (75) • Tourism Research Methods (75h)
--	---	--	---

	<p>Turísticos (60h)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Pacotes Turísticos (30h) • Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação (60h) • Redes em Turismo (30h) • Arte no Brasil Aplicada ao Turismo (60h) • Laboratório de Eventos I (60h) • Turismo e Arte Popular Brasileira (30h) • Internet, Negócios e Turismo (30h) • Antropologia e Turismo II (30h) • Estágio em Turismo - Mobilidade (15h) • Felicidade e Turismo (60h) 		
--	--	--	--

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

As disciplinas optativas oferecidas aos discentes dos cursos de bacharelado em turismo, em qualquer departamento nas quatro IEs analisadas podem, respeitados os pré-requisitos em algumas situações, ser cursadas em qualquer período do curso, de acordo com a vontade ou com o planejamento do discente.

Apreende-se do exposto no quadro 5.1 que é possível cursar Cerimonial e Protocolo na UFRN e na UFF. Também na UFF encontra-se a opção de trabalhar a temática do turismo e inclusão social. Políticas públicas de turismo que não compunham a grade obrigatória na UnB e na UFPR é possível ser cursada como optativa., o que, na opinião desta autora, deveria ser incluída como disciplina obrigatória como já ocorre na UFRN e na UFF, pois a relevância do tema se justifica inclusive estando como primeiro item no artigo 4º da Resolução 13/2006 onde diz que em sua formação profissional o aluno deve ter “compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo”.

Muitas disciplinas, em todas as universidades, aparecem com títulos muito genéricos, como: “tópicos especiais em turismo”, “seminários em turismo”, “tópicos avançados em turismo” o que dificulta o entendimento do que se trata quando se tem realmente somente o seu nome. Talvez a oferta de disciplinas nestas categorias seja para permitir que temáticas que normalmente não estão sendo abordadas consigam ser contempladas, e só tendo acesso às ementas delas é que se comprovaria esta hipótese. Outras nomenclaturas como “planejamento e gestão em áreas urbanas” faz um recorte da realidade do que se pretende estudar o que já conduz o leitor ao assunto a ser trabalhado. Faltam dados, também pela falta de acesso às ementas, para identificar a relevância e a dimensão de determinado tema e que leva à oferta de disciplinas com carga horária semestral de 30h, 60h ou outras ainda com 75h semestrais, (como registrado em 7 disciplinas na UFPR).

A grande maioria das disciplinas optativas é mesmo ofertada pelo Departamento de Turismo das Universidades (no caso da UnB, pelo CET) e com certeza ampliam e complementam muito a formação dos discentes. Mas, faz-se alguns questionamentos, quais sejam: estas disciplinas são realmente ofertadas? Se sim, há uma periodicidade? Será que os departamentos têm professores suficientes para ofertar cada uma das disciplinas, pelo menos uma vez a cada quatro anos, que é o período mínimo desejado para que o aluno faça sua graduação e assim possa cursar o tema do seu interesse? O número de vagas é suficiente para que o aluno consiga se matricular? Também nas disciplinas optativas ofertadas por outros departamentos é sempre possível conseguir a vaga onde se deseja?

Este estudo não conseguiria, diante do seu objetivo inicial, responder a todas estas questões, mas elas podem ser consideradas em outras pesquisas e, quem sabe, até com outras metodologias e outras fontes de dados como aplicação de questionários aos discentes e/ou aos egressos, análises de listas de matrículas em disciplinas optativas ofertadas em determinados períodos para um comparativo de quais disciplinas optativas tiveram maior acesso por parte dos alunos.

Cabe finalmente registrar duas disciplinas que chamaram a atenção da autora na oferta de disciplinas optativas e que constam no curso ministrado pela UFF: 1) Turismo e Medo Social e 2) Felicidade e Turismo, que parece serem temas bem diferentes e interessantes para se relacionarem com o turismo.

As ofertas de disciplinas optativas aos alunos do curso de Turismo por outros departamentos são agora visualizadas no quadro 5.2.

Quadro 5.2: Oferta de Disciplinas Optativas pelos demais departamentos das Universidades

Departamento	UFRN	UFF	UnB	UFPR
<p>Departamento de Ciências Contábeis Departamento de Ciências Econômicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade de Empreendimentos Turísticos (60h) 		<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade Nacional Aplicada ao Turismo (60h) 	
<p>Departamento de Administração</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à Demografia Aplicada ao Turismo (60h) 		<ul style="list-style-type: none"> • Administração de Marketing (60h) • Administração de Produtos Operações (60h) • Criação de Negócios (60h) • Gestão da Inovação (60h) • Introdução a Teorias Organizacionais (60h) • Gestão de Projetos (60h) • Comportamento Organizacional (60h) • Marketing Social e de Serviços (60h) • Comportamento do Consumidor (60h) • Gestão Responsabilidade ambiental (60h) • Marketing de Relacionamento (60h) • Administração da Qualidade (60h) • Políticas Públicas de Turismo (60h) 	
<p>Departamento de História</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Formação Histórica do Rio Grande do Norte (60h) 		<ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Estudo da História (60h) • História Social e Política Geral (60h) • História da África (60h) • Cultura Brasileira 2 e 3 (60h) • História Regional (60h) • História da Amazônia (60h) • Teoria da História 2 (60h) • Tópicos Especiais História do Brasil (60h) • História das Ideias (60h) 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Geografia do Rio Grande do Norte (60h) 		<ul style="list-style-type: none"> • Urbanização na América Latina e Caribe (60h) 	

Departamento de Geografia	<ul style="list-style-type: none"> • Geografia, Turismo e Desenvolvimento Regional (60h) • Ecoturismo (60h) • Cartografia aplicada Turismo (60h) 		<ul style="list-style-type: none"> • Geografia Humana Aplicada(60h) • Teoria Geográfica e Desenvolvimento (60h) 	
Departamento Políticas da Educação Departamento de Letras Clássicas Vernáculas Departamento de Português e Línguas Clássicas Departamento de Letras-Libras	<ul style="list-style-type: none"> • Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Libras I (30h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Língua de Sinais Brasileira – Básico (60h) • Língua de Sinais Brasileira – Intermediário (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação em Língua Brasileira de Sinais – Libras: Fundamentos da Educação Bilíngue para Surdos (30h)
Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas	<ul style="list-style-type: none"> • Inglês Fins Acadêmicos I (60h) • Inglês Fins Acadêmicos II (60h) • Língua Francesa I - Básico I (60h) • Língua Francesa II - Básico II (60h) • Língua Espanhola I (60h) • Língua Espanhola II (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Inglês II (60h) • Espanhol II (60h) 	<ul style="list-style-type: none"> • Inglês Instrumental 2 (60h) 	
Faculdade de Ciências da Informação			<ul style="list-style-type: none"> • Museologia, Patrimônio, Memória (60h) 	
Departamento de Direito		<ul style="list-style-type: none"> • Legislação do Turismo (60h) 		
Faculdade de Educação			<ul style="list-style-type: none"> • Ensino de História, Identidade e Cidadania (60h) • Educação Geografia(60h) • Oficinas Ensino História - Lugares Memória DF (60h) 	

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Algumas considerações podem ser observadas no quadro comparativo: todas as IEs oferecem a possibilidade de se cursar, de maneira optativa, a disciplina de Libras, sendo que na UnB em até 2 semestres complementares (básico e intermediário). A UFRN oferece 4 disciplinas optativas de línguas estrangeiras além das obrigatórias, enquanto a UFF e a UnB, só têm uma opção e a UFPR, nenhuma.

Na UFPR é ofertada a disciplina Turismo e Políticas Públicas pelo departamento de Turismo e a UnB oferta Políticas Públicas no Turismo, mas através do Departamento de Administração, o que não parece ser o mais adequado, pois em outro departamento muitas vezes não desperta a atenção do aluno de turismo e não é garantida a vaga na disciplina quando pleiteada, devendo concorrer com alunos de outros cursos obedecendo os critérios da Universidade. Este que é um tema muito pertinente aos futuros planejadores e gestores do Turismo merecia ser, na opinião da autora do trabalho, obrigatório.

Na UFPR, todas as disciplinas optativas a que se teve acesso, são oferecidas pelo Departamento de Turismo, com exceção de Comunicação em Língua Brasileira de Sinais. Não foi possível identificar a possibilidade de o aluno cursar disciplinas em outros departamentos. Cabe o questionamento, se realmente não existirem optativas ofertadas fora do próprio departamento, se o curso foi concebido acreditando-se que, com a estrutura que se tem disponível no departamento, incluindo a quantidade e a formação dos docentes envolvidos na graduação, é possível garantir a aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades esperadas do estudante de turismo. Também na UFF, a oferta de disciplinas optativas fora do departamento de Turismo é bem restrita, envolvendo apenas três departamentos (departamento de Letras Clássicas Vernáculas, departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas e departamento de Direito). Registra-se que, dentre estas ofertas no Departamento de Turismo, há disciplinas com título em inglês.

A UnB é a universidade que mais oferece disciplinas optativas em outros departamentos (9), destacando a quantidade de disciplinas de Administração e História. Resgata-se neste momento que o curso de Turismo na UnB, por ser administrado por um consórcio, deveria sim ter disciplinas que atendessem as necessidades do turismo ofertadas pelas unidades acadêmicas e/ou departamentos consorciados em um número maior do que acontece e com garantia de vaga para os alunos futuros bacharéis.

A UFRN oferece disciplinas de História e Geografia que resgatam e valorizam a região em que ela está inserida e a UFPR também oferece uma disciplina sobre tópicos especiais de turismo no Paraná.

A disciplina Legislação no Turismo, que só não aparecia como obrigatória na UFF agora aparece como optativa e ofertada pelo departamento de Direito, mas mesmo sendo de outro departamento, deveria ser incentivado que todo aluno a cursasse pois, dentre as habilidades e competências previstas nas DCNs e formuladas pela Resolução 13/2006, espera-se que o profissional formado em Turismo conheça e saiba acompanhar a adequada aplicação da legislação pertinente à atividade turística.

Também nestas opções de disciplinas, questiona-se a oferta sistemática nos semestres e a garantia da matrícula aos alunos de Turismo que as cursariam como optativas concorrendo com outros cursos que as tem como obrigatórias.

Considerando as limitações da pesquisa, sobretudo com relação ao período de realização e finalização do estudo, indica-se que estudos futuros possam complementar os resultados apontados aqui.

Dando continuidade à análise das categorias propostas para se identificar características comuns nos PPCs e ver a coerência das formulações deles com as DCNs para a graduação de turismo, o que será trabalhado agora é a avaliação.

A avaliação é uma parte muito importante do processo de ensino e aprendizagem dos alunos(as). Todos os cursos de turismo aqui analisados seguem as orientações próprias de suas universidades para avaliar qualitativa e/ou quantitativamente seus alunos, utilizando notas ou menções nas disciplinas que são registradas semestralmente nos históricos escolares. A avaliação final para a conclusão da graduação também é proposta por cada Universidade e deve constar no PPC de cada curso.

No Quadro 6 têm-se a descrição do sistema de avaliação final, empregado em cada curso, destacando que nos artigos 9º e 10º da Resolução nº 13/2006 que tratam da Avaliação dos estudantes, a prerrogativa para a obtenção do grau de bacharel pode ou não estar vinculada à apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso, mas seja qual for a avaliação, esta deve ser regulamentada pelos conselhos acadêmicos de cada curso e ser de pleno conhecimento dos alunos.

Quadro 6: Sistema de Avaliação Final

Universidade	Sistema de Avaliação
UFRN	O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será desenvolvido com carga horária de 60 (sessenta) horas. É obrigatório e configura-se como requisito indispensável para a conclusão do curso de graduação em Turismo . O TCC corresponde a uma produção acadêmica que sintetiza os conhecimentos e habilidades construídas durante o curso de graduação. Deve versar sobre um tema relacionado com a área do Turismo, de livre escolha do discente. O TCC pode ser desenvolvido em três modalidades: a) monografia , que consiste em um trabalho científico estruturado em torno de um único tema, devidamente delimitado e tratado em profundidade; b) artigo científico , que consiste em um trabalho acadêmico que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados de uma dada pesquisa, de forma sintética e concisa; e c) projeto de intervenção , que se caracteriza por uma pesquisa centrada na realidade de um dado elemento turístico, com uma consequente proposição de transformação dessa realidade.
UFF	Exige, como requisito para a obtenção do grau de bacharel, a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso , em forma de monografia , de estudo de caso ou de plano de negócio , sob orientação de um professor e com avaliação final por uma banca de docentes.
UnB	O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constituir-se-á em componente curricular obrigatório . Será integralizado em 60 horas na disciplina Projeto Integrador IV. O TCC será avaliado de forma individual a partir do produto desenvolvido – monografia, minuta de legislação, peças audiovisuais (ensaio fotográfico, exposição, programa radiofônico, vídeo), software, relatório técnico . Haverá apresentação oral e defesa perante uma banca de três docentes, podendo, um deles, ser externo. A banca será presidida pelo orientador.
UFPR	Não foi possível identificar o sistema de avaliação do curso.

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ao analisar este tópico, constata-se que as três primeiras universidades (UFRN, UFF e UnB) trazem o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como componente obrigatório para a obtenção do grau de bacharel ao final do curso. Identificou-se algumas diferenças na forma que este TCC pode ser apresentado, embora a construção de uma monografia esteja presente como opção em todos. A UFRN aceita também o formato de um artigo científico ou de um projeto de intervenção. A UFF abre para um estudo de caso ou um plano de negócio e a UnB considera para avaliação outros produtos como: uma minuta de legislação, peças audiovisuais, software ou um relatório técnico. No entanto, o PPC do curso da UnB não traz as orientações ou as normativas para estas modalidades listadas, restringindo-se apenas a indicação regular da monografia para trabalho de conclusão de curso.

Com relação à UFPR, não foi possível, através dos documentos analisados, apontar o instrumento utilizado para a avaliação final do curso, no currículo que entrará em vigor no ano de 2023 e que é objeto desta pesquisa. No currículo anterior desta referida Universidade, em andamento desde 2016, existia o Projeto Planejamento e Gestão em

Turismo, onde, sob orientação, acompanhamento e supervisão de um docente, o graduando deveria reunir, em um só trabalho acadêmico, os conhecimentos teóricos, metodológicos e aplicados obtidos durante o curso. Para isso, eram disponibilizadas duas disciplinas totalizando 60 horas. No atual currículo, tem-se a disciplina “Estudos Acadêmicos Aplicados ao Turismo” (45h), que deve ser cursada no último semestre do curso que, e que talvez corresponda a uma avaliação final do curso, mas não se teve acesso à ementa da disciplina para que essa informação fosse verificada e confirmada.

Seja de qual for a maneira adotada para avaliação final do curso, quando se desafia o aluno a fazer um trabalho conclusivo de seu percurso na graduação ele é levado a se posicionar com relação a tudo o que vivenciou e deve mostrar a significação desta jornada estudantil para sua formação e talvez um direcionamento para a área que mais lhe interessa neste vasto campo de estudos e trabalho que é o Turismo.

Por fim, o último dado analisado nesta pesquisa diz respeito às oportunidades que os cursos oferecem ao aluno para complementar a sua formação acadêmica, cumprindo o que se espera do ensino universitário ao contemplar ensino, pesquisa e extensão, como pode-se ver no Quadro 7. Assim, procurou-se identificar os projetos dos docentes e das direções dos cursos, nos sites atualizados das IES, para que o aluno possa agregar à sua graduação atividades além da sala de aula.

Quadro 7 - Oportunidades de Pesquisa e Extensão

Universidade	Atividades de Pesquisa e Extensão
UFRN	<p>Projetos de pesquisa em campos de interesse bem variados. Projetos do ano de 2022: 1) Atuação do mercado de eventos de Natal na conjuntura pós pandêmica; 2) Turismo religioso nos santuários dos santos mártires-RN em tempos de pandemia: desafios, dimensões, possibilidades em tempos de (pós) pandemia e 3) Governança e políticas públicas no campo turístico: o papel das crises na (re)formulação de estratégias em destinos litorâneos no estado do Rio Grande do Norte, Brasil</p> <p>104 ações de extensão listadas no site oficial, sendo que 8 neste ano de 2022: 1) Turistech e Fintech: um novo caminho para o turismólogo; 2) Pipa impacto verde: ações para um turismo responsável; 3) Inovação: um mercado de trabalho aquecido e procurando por você; 4) Cerimonial e protocolo; 5) Cooperativismo e economia solidária: ação em comunidades litorâneas do município de Rio Tinto-PB; 6) Áreas protegidas na barra do Rio Mamanguape: direcionamento dos resíduos sólidos gerados no período de alta estação turística no município de Baía da Traição- PB ; 7)Aprendendo com o passado: turismo, desenvolvimento e tempo livre nas aldeias indígenas da região da foz do Rio Mamanguape e 8) Área de proteção ambiental da barra do rio Mamanguape: ações de extensão na cadeia produtiva do turismo de base comunitária do município de Rio Tinto - PB</p>

UFF	<p>Núcleos de pesquisa existentes: 1) HISTUR (conexões entre História, Cultura e Turismo); 2) HOST (rede de estudo em hospitalidade); 3) LABCONS (laboratório de estudos comportamentais do turismo); 3) TGTUR (turismo, gestão e negócios); 4) DISTURB (fatores restritivos do turismo); 5) T-CULT (turismo, cultura e sociedade); 6) Mobilidades, Lazer e Turismo Social e 7) ETTA (experiências em turismo e transportes ativos) e 8) LATA (laboratório de turismo e antropologia)</p> <p>Projetos de extensão em andamento: 1) Programa de Extensão e Pesquisa em turismo social 2) Turismo, hospitalidade e inclusão; 3) Turismo militar; 4) Monitoramento da oferta de meios de hospedagem no Rio de Janeiro 5) Museu virtual do turismo no Brasil; 6) Experiências do Brasil rural; 7) 10 anos do curso de Hotelaria UFF e 8) Bem-estar subjetivo em turismo e hotelaria</p>
UnB	<p>Núcleos de pesquisa: 1) Núcleo de Estudos Estratégicos e Prospectivos (NEEP) e 2) Núcleo de Políticas Públicas em Turismo (NPPTur)</p> <p>Projetos de extensão ativos: 1) Memória e Identidade do Setor Comercial Sul; 2) Blog Panorama SCS; 3) Pitadas de Cerrado; 4) Entre Ruas e Escolas; 5) CET Integra - oficina de eventos; 6) Desenvolvimento Rural: plantando com nanotecnologia, colhendo com turismo; 7) Educação em Turismo no Território Kalunga e 9) Turismo nas Escolas (Polo Estrutural e Recanto das Emas)</p>
UFPR	<p>Centros, Laboratórios e Núcleos de pesquisa e extensão: 1) LABTUR (Laboratório de informática de turismo); 2) AGETUR (núcleo de planejamento do turismo (laboratório de eventos, laboratório de pesquisa e extensão e HEMEROTECA - ambiente didático-pedagógico do turismo); 3) EMPREEDATUR (fomento a ações empreendedoras); 4) TURITEC (laboratório de turismo, tecnologia, informação, comunicação e conhecimento); 5) TERROIRTUR (Centro de estudos do terroir turístico); 6) CELEXTUR (Centro de estudos do legislativo, executivo e turismo); 7) EDUCAZER (interdisciplinaridade do turismo com a cultura e a educação); 8) OBSTUR (Observatório do turismo do Paraná); 9) Laboratório de ensino de pesquisa e extensão sobre agências de viagens); 10) MKTUR (ensino e pesquisa no mercado do turismo e do consumidor); 11) Núcleo de Pesquisa TEEM (Turismo, Educação, Emprego, Mercado); 12) DESCULTUR (núcleo de estudos sobre desigualdade, diversidade cultural e turismo) e 13) DETUR (Desenvolvimento regional do turismo)</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os dados recolhidos em sites oficiais dos cursos das 4 universidades são apresentados de maneiras diversas. Na UFRN foram encontrados os projetos de pesquisa realizados pelos docentes (não mostrando se estão vinculados a núcleos de pesquisa) e as ações de extensão. A UFF e a UnB apresentam Núcleos de Pesquisa e Projetos de Extensão e a UFPR traz em um só bloco de informações os Centros, Laboratórios e Núcleos de pesquisa e extensão do departamento de Turismo. Mesmo com esta diferença na exposição de suas atividades é possível perceber que a pesquisa e a extensão estão presentes e favorecem ou complementam a aprendizagem dos discentes durante seu processo formativo na graduação.

Os temas de pesquisa vão desde estudos estratégicos e prospectivos e políticas públicas em Turismo na UnB a pesquisas mais específicas dos serviços turísticos como: hospitalidade, mobilidade e lazer e transportes na UFF. Também as pesquisas na universidade fluminense envolvem história, cultura e antropologia associada ao turismo,

além de atividades como comportamento turístico, gestão de negócios e situações que restringem o turismo. Na UFRN também são realizadas pesquisas sobre políticas públicas e sobre o comportamento do turismo, em especial, durante a pandemia do COVID 19. Na UFPR os temas de pesquisa são bem variados destacando como diferenciais os estudos sobre o legislativo, o executivo e o turismo, o estudo do terroir turístico, o estudo da desigualdade e da diversidade cultural e turismo e o estudo do mercado do turismo e do consumidor.

Sobre a extensão destaca-se o envolvimento de três universidades em territórios específicos das localidades ou da vizinhança de cada universidade: a UFRN realiza ações na praia de Pipa, em municípios paraibanos como Rio Tinto e nas áreas do rio Mamanguape. Na UFF, faz-se o monitoramento dos meios de hospedagem do Rio de Janeiro. Na UnB, os componentes dos projetos se envolvem com as comunidades do Setor Comercial Sul, da Cidade Estrutural e do Recanto das Emas (localidades de Brasília), além do Território Kalunga, na Chapada dos Veadeiros, em Goiás. Não foi possível identificar nas ações da UFPR alguma relacionada diretamente ao território em que ela se encontra.

Outro tema presente em três universidades diz respeito ao serviço de eventos, onde a UFRN realizou uma ação sobre Cerimonial e Protocolo, a UnB mantém um projeto chamado Cet Integra: Oficina de Eventos e a UFPR dispõe de um laboratório de eventos em seu núcleo de planejamento turístico, mostrando a relevância deste serviço no campo do turismo. A UFF por sua vez, nada traz sobre eventos, mas destaca projetos que tratam de turismo social, turismo militar e museus virtuais. Fazendo menção ao turismo rural, a UFF trabalha com experiências no Brasil rural e a UnB mostra o turismo associado à nanotecnologia para o desenvolvimento rural sustentável. Turismo e Educação está presente na UnB e na UFPR.

O tema turismo social que não havia sido contemplado nas disciplinas obrigatórias aparece nos projetos de extensão da UFF e sobre turismo e as diferenças e diversidade é tema de pesquisa na UFPR.

Todos estes temas explanados, e muitos outros que permeiam as atividades cotidianas das universidades, podem suscitar pesquisas e atividades de extensão que envolvam docentes e discentes e que, fazendo a integração com o ensino, promovam a aplicação e o desenvolvimento do conhecimento científico de forma mais eficiente.

Considerando as limitações da pesquisa, sobretudo com relação ao seu período de realização e sua finalização, sugere-se que estudos futuros sejam realizados a fim de complementar os resultados aqui apontados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a proposta desta pesquisa e os resultados encontrados, registra-se que as informações que deveriam ser extraídas e/ou encontradas nos PPCs dos cursos analisados estavam, na verdade, distribuídas em diferentes ambientes como nos sites oficiais das IEs, exigindo a pesquisadora reunir e interpretar o máximo de dados disponíveis para atingir os objetivos do estudo.

Com relação à literatura encontrada sobre o tema em discussão, verificou-se uma vasta produção de artigos, pesquisas, teses e trabalhos de conclusão de curso sobre o ensino superior de Turismo no Brasil, o que possibilitou muitas leituras e possíveis recortes de assuntos pertinentes ao que foi estudado. Já quanto a parte documental da pesquisa deparou-se com uma limitação de dados disponíveis por parte de algumas Universidades analisadas.

O trabalho teve como limitação o curto período para sua conclusão, o que não permitiu, por exemplo, a avaliação das ementas das disciplinas ofertadas em cada curso, mas que também só estavam disponíveis em dois dos PPCs analisados. Sugere-se, então, que este trabalho possa ter uma continuidade, estudando-se estas mesmas Universidades e/ou envolvendo outras instituições, com uma maior abrangência e variedade de metodologias aplicadas para a coleta de dados, como a aplicação de questionários, pesquisas *in loco*, visitas às universidades verificando de fato o funcionamento da pesquisa e da extensão, a oferta das disciplinas obrigatórias e optativas, as instalações físicas das IEs, entre outras alternativas, o que permitirá novas conclusões sobre as convergências ou divergências entre os PPCs dos cursos analisados.

Sugere-se também continuar os estudos comparativos destacando outras categorias de análise nos PPCs como os estágios obrigatórios (de que tipo e em que área são realizados), a quantidade e a formação dos docentes, as possibilidades de cumprimento das horas complementares, dentre outros.

Sobre a(s) pergunta(s) problema(s) destacada(s) no início deste trabalho foi possível respondê-las por meio da pesquisa, pois os PPCs dos cursos de Turismo das Universidades Federais elencadas para a análise (UFRN, UFF, UnB e UFPR) mostraram

que estão de acordo com as DCNs instituídas pela Resolução nº 13 de 24 de novembro de 2006, as quais regulamentam o funcionamento dos cursos.

Observou-se esta conformidade por meio da verificação das ofertas de disciplinas nas grades curriculares propostas que, em sua grande maioria, possibilita o desenvolvimento das competências e habilidades desejadas aos futuros turismólogos. Constatou-se também que os campos de formação interligados e desejados (conteúdos básicos, específicos e teórico-práticos) para promover uma educação que cumpra os objetivos propostos em seus cursos são claramente identificados nas análises realizadas.

Em Matias (2005) viu-se que, desde a criação do primeiro curso superior de turismo no ano de 1971, a interdisciplinaridade estava presente na formação do futuro profissional de turismo e, nesta análise da grade curricular dos 4 cursos estudados, ficou claro que realmente o turismólogo perpassa várias áreas do conhecimento no seu percurso de graduação o que possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências bem diversificadas.

Existe uma grande semelhança entre as proposições dos cursos em todas as categorias dos PPCs que foram analisados, inclusive no que diz respeito às áreas de formação e possíveis atuações dos egressos (com ênfase no planejamento e gestão), mas destaca-se que no curso da UFF há algumas particularidades, tanto na oferta de disciplinas obrigatórias e optativas, quanto na formulação dos objetivos e no perfil do egresso e também nos projetos de pesquisa e extensão que apresenta, onde constata-se que o curso dá certa ênfase na formação de empreendedores e profissionais ligados diretamente ao mercado, ao turismo como um negócio e promove a participação do turismólogo no setor privado, além do setor público. Parece, ao olhar da autora desta pesquisa e estudante da área que, este curso fornece assim um diferencial, talvez possibilitando ao discente o contato com atividades mais práticas, além da formação intelectual, intercultural e interdisciplinar proposta ao futuro turismólogo.

Registra-se finalmente, a importância da observação das orientações das DNCs para a formulação dos PPCs dos cursos de Graduação em Turismo para que todos os envolvidos na formação dos futuros bacharéis tenham clareza dos objetivos, das competências e habilidades desejadas aos egressos, da grade curricular obrigatória e optativa e das possíveis metodologias e caminhos para se construir uma educação de qualidade que se refletirá, com certeza, na qualidade do turismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, M. G. R. **Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria**: reflexões e cadastro das Instituições Educacionais do Brasil. Aleph, São Paulo, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 20 out.2022.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em 18 out. 2022.

CÂMARA LEGISLATIVA. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 18 out. 2022.

CÂMARA LEGISLATIVA. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 out. 2022.

CGDI/SGE/SE/MTur Coordenação-Geral de Dados e Informações (CGDI) Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE) Secretaria Executiva (SE) – Brasília; **Anuário Estatístico de Turismo 2020** - Volume 47 - Ano Base 2019 - 2ª Edição.

FARIA, Walméria Rodrigues da Cunha. **Graduação em turismo no Distrito Federal: um exame dos currículos à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais**. 2004. Disponível em: bdm.unb.br. Acesso em: 10 ago. 2022.

FONSECA JÚNIOR, W. C. **Análise de Conteúdo**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.) Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação. Editora Atlas S.A., 2012.

GOMES, V.; MACHADO-TAYLOR, M. de L.; SARAIVA, E V. **O ensino superior no Brasil - breve histórico e caracterização**. Ciência & Trópico, [S. l.], v. 42, n. 1, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1647>. Acesso em: 24 nov. 2022.

HALLAL, Dalila Rosa et al. **O contexto de criação dos cursos de bacharelado em Turismo no Brasil**. 2010. repositório.ufsc.br. Acesso em: 10 ago. 2022.

IMAGINIE, **As melhores faculdades de turismo do Brasil**, segundo o MEC. 2020. Disponível em: <https://blog.imagine.com.br/melhores-faculdades-de-turismo>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MATIAS, M. **Turismo: formação e profissionalização (30 anos de história)**. 1. ed. Barueri; Manole, 2002.

MATIAS, M. **Turismo: o ensino de graduação no Brasil**. Turismo e Sociedade, Curitiba, v. 5, nº 1, p. 58-81, abril de 2012. disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/26581/17705>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MEC - **Resolução CNE/CES nº13 de novembro de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de novembro de 2006, Seção 1, p. 96. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06. Acesso em: 20 nov. 2022.

MEC - **REUNI 2008 - Relatório de Primeiro Ano**. Secretaria de Educação Superior, Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio. Acesso em: 30 out. 2022.

MEC.INEP - **Relatório Síntese de área – Turismo**. Brasília, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Turismo.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

MEC.INEP - **Educação Superior. Indicadores que avaliam cursos e Instituições**. Brasília, 2019. Disponível em: [Inep divulga indicadores que avaliam cursos e instituições - MEC](https://inep.gov.br/divulga/indicadores-que-avaliam-cursos-e-instituicoes-mec). Acesso em: 12 out. 2022.

MEDAGLIA, Juliana.; SILVEIRA, Carlos Eduardo; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. **Quatro décadas de ensino superior de turismo no Brasil: dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral**. *Turismo: Visão e Ação* 14.1 (2012): 006-018. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/issue/view/205>. Acesso em: 18 set. 2022.

MONTALVÃO, Sérgio. **A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação**. *Mosaico* 2.3 (2010): 21-39. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 10 set. 2022.

QUEIROZ, José. **História do Turismo Mundial e do Brasil** em <https://turismoreceptivo.wordpress.com/historia-do-turismo>. Acesso em 02 de agosto de 2022.

SOARES, Jéssica Teixeira. **Comunicação, turismo e esporte**. 2013. Disponível em: bdm.unb.br. Acesso em: 30 ago. 2022.

TOMÉ, Renata de Faria. **Comunicação organizacional e o Plano Estratégico Nacional de Turismo de Portugal**. 2018. 92 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em bdm.unb.br. Acesso em: 30 ago. 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **PPC do curso de Turismo**. Disponível em: https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=414088. Último acesso em: 15 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Turismo**. Disponível em: https://turismo.uff.br/?page_id=1970. Último acesso: em 15 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **PPC do curso de Turismo**. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000069. Último acesso em: 15 dez 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Graduação em Turismo**. Disponível em <http://www.turismo.ufpr.br/index.php/graduacao>. Último acesso em: 15 dez. 2022.